



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 9º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7828 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23123.006687/2018-33

DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. OBJETO DA AQUISIÇÃO

1.1. O objeto deste Projeto Básico consiste na aquisição de “Equipamentos eletrônicos para Stúdio de Rádio Web”.

1.2. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- Encarte “A” – Modelo Termo de Recebimento Provisório;
- Encarte “B” – Modelo Termo de Recebimento Definitivo;
- Encarte “C” – Modelo de Declaração e Critérios para Sustentabilidade Ambiental.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Assessoria de Comunicação Social – ACS/GAB/MEC, dentre suas atribuições, encontra a necessidade em difundir de forma mais ampla seus canais de informação internos e externos via rádio web que é um veículo de comunicação de grande alcance, importante para a disseminação do conhecimento em vários seguimentos, inclusive na educação a qual por ser via internet amplia essa vantagem aliando baixo custo, amplo acesso e descentralização da produção via Rádio Web MEC busca aliar essa experiência em comunicação aos recursos da informática e outros.

3. OBJETIVO

3.1. A aquisição desses equipamentos e acessórios faz se necessária para substituição dos periféricos que apresentaram defeitos e desgastes no decorrer dos últimos 10 anos, os quais, integra o conjunto de comunicação da Assessoria de Comunicação Social como um subsistema do Portal MEC. O conteúdo da programação da rádio é desenvolvido com participação de uma rede colaborativa de especialistas em educação e é divulgado também por meio de parcerias com rádios convencionais, ampliando seu acesso. Arquivos de áudio são disponibilizados publicamente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Equipamentos		Quantitativos
ITEM	Descrição	
01	CHAVE HÍBRIDA ANALÓGICA PARA TELEFONE	01
02	Interface de áudio U-PHORIA UMC202HD	03
03	HD Externo de no mínimo 1 Terabytes	01
04	Fone de Ouvido Supra Auricular Preto - SHP2000	04
05	Gravador Digital Portátil Dr-05 Com Memória De 2 Gb Micro Sd Incluída	02
06	MICROFONE DE COM FIO DINAMICO SM 58	06

4.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MATERIAL

4.1.1. Segue a baixo a especificação detalhada dos equipamentos:

ITEM 01 - CHAVE HÍBRIDA ATIVA PARA LINHA OU RAMAL TELEFÔNICA 2 LINHAS E UMA LINHA CELULAR.

DESCRIÇÃO

- Cancelamento de eco superior aos demais modelos analógicos;
- Design moderno ocupando apenas uma Unidade de Rack;
- Indicador luminoso de linha chamando;
- Compressor de Áudio embutido, para um nível de envio constante e preciso;
- Filtros de áudio ativos, eliminando ou reduzindo drasticamente ruídos na ligação;
- Corte da operação do telefone quando em uso;
- Limitadores de pico independentes por canal;
- Entrada e Saídas de áudio balanceadas eletronicamente;
- Opção de saídas de áudio independentes para linha 1 e 2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Nível de entrada de audio (típ): 3 a +12 dBm
- Impedância de entrada: 33 K Ω
- Tipo de entrada: Balanceada
- Eletronicamente
- Nível de saída de audio (típ):0 dBm
- Impedância de saída: 600 Ω
- Tipo de saída: Balanceada
- Eletronicamente
- Nível de TX para linha(s) (máx): 3 dBm
- Impedância de entrada de linha: 600 Ω
- Rejeição entre entrada e saída de audio (máx):30 dB
- Resposta de Frequência: 300Hz a 3Khz +/- 3dB
- Relação sinal/Ruído: < 65 dB
- Distorção (THD - típ) : 0,1 %
- Alimentação: 127 / 220 Vca 60Hz
- Consumo (máx): 5W

ILUSTRAÇÃO



ITEM 02 - INTERFACE DE ÁUDIO U-PHORIA UMC202HD

DESCRIÇÃO

- Referência: UMC202HD Interface de Áudio USB 2.0 2 In / 2 Out U-Phoria UMC-202HD.

- O U-PHORIA UMC202HD é uma interface de áudio de entrada, duas saídas, USB 2.0 que possui pré-amplificadores projetados com MIDAS. Alimentado a partir do barramento USB, a interface entre plataformas inclui monitoramento direto de latência zero para gravação, indicadores LED para status, sinal e recorte e uma saída de fone dedicada com controle de volume.
- A conectividade inclui um par de entradas combinadas XLR / TRS, enquanto as saídas possuem conectores TRS de 1/4 ". A alimentação fantasma global está disponível para uso com microfones condensadores. Os downloads de software gratuitos estão disponíveis no registro do item.
- As incríveis interfaces da linha U-Phoria são capazes de transformar sua criatividade em música da melhor qualidade. E isso se deve aos pré-amplificadores renomados da Midas e aos poderosos conversores AD/DA em 192Khz.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Duas entradas / duas saídas USB 2.0 interface de áudio para gravação de vocais e instrumentos Resolução de 24 bits / 192 kHz
- Dois pré-amplificadores de microfone projetados com MIDAS com alimentação fantasma + 48V
- Monitoramento direto de zero-latência durante a gravação
- Saída de fone de ouvido com controle de nível e seleção de monitor direta
- Indicadores de status, sinal e clip
- Porta USB para conexão de computador e energia
- Inclui software de gravação, edição e podcasting de áudio para download, além de 150 plug-ins de instrumento / efeito
- Compatível com a maioria dos softwares de gravação, incluindo Avid Pro Tools, Ableton Live, Steinberg Cubase, e mais, executando em Mac OS X e Windows XP, ou superior
- Chassis metálico resistente a impactos
- Especificações: Tipo USB 2.0
- Conversor 24 bits
- Taxa de amostragem Até 192 kHz
- Entradas 2 x XLR / TRS combo
- Saídas 2 x 1/4" TRS
- Phantom Power + 48V, comutável (global)
- Alimentação Barramento USB
- Dimensões: (A x L x P): 10 x 25 x 15cm;
- Peso aproximado: 1kg.

ILUSTRAÇÃO



ITEM 03 - HD EXTERNO DE NO MÍNIMO 1 TERABYTES

DESCRIÇÃO

- O disco rígido portátil Expansion oferece uma solução fácil de usar quando você precisa adicionar armazenamento instantaneamente ao seu computador, facilmente instalado conectando-se um cabo USB. Você pode começar a salvar seus arquivos digitais neste disco rígido externo segundos após retirá-lo da caixa.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Modelo: STEA1000400
- Capacidade: 1 TB
- Interface: USB 3.0;
- Rotação: 5400 RPM;
- Taxa Máxima de Transferência: Até 4,8 Gbps (USB 3.0)
- Compatibilidade: Sistema operacional Windows XP SP3, Windows Vista®, Windows 7, Windows® 8 ou superior
- Conteúdo da embalagem:
 - Cabo USB 3.0
 - Guia de início rápido
 - Garantia: 12 meses de garantia
 - Peso: 240 gramas (bruto com embalagem)

ILUSTRAÇÃO



ITEM 04 - FONE DE OUVIDO SUPRA AURICULAR PRETO - SHP2000

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Modelo: SHP2000
- Resposta de frequência: 15 - 22,000 Hz
- Impedância: 32 Ohm
- Potência máxima de entrada: 500 mW
- Sensibilidade: 100 dB
- Diâmetro do alto-falante: 40 mm
- Sistema acústico: Aberto
- Comprimento do cabo: 2m
- Conector: 3,5 mm estéreo
- Acabamento do conector: Banhado a cromo
- Acompanha adaptador de 3,5 - 6,3 mm
- Ímã do tipo Neodímio
- Tipo de cabo: OFC

ILUSTRAÇÃO



ITEM 05 - GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL DR-05 COM MEMÓRIA DE 2 GB MICRO SD INCLUÍDA

DESCRIÇÃO

- Gravador DR-05 gravação estéreo de alta qualidade para uma potência portátil fácil de usar. Registra em formato MP3 ou WAV - incluindo resolução de áudio 96kHz/24-bit - para mídia microSD ou microSDHC. Um par de todos os novos microfones suporta até 125dB SPL com a sensibilidade de captar cada detalhe. Com os novos recursos de gravação como o pico de redução e Menu Rápido, o DR-05 coloca gravação álbum de qualidade na palma da sua mão. A Qualidade Premium Sound Tudo sobre o DR-05 é projetado para obter as gravações de melhor qualidade de sua música. Um novo par de microfones embutidos resiste até 125dB SPL

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Mídia de gravação MicroSD / SDHC Cartões de memória flash (64 MB a 32 GB)
- Tipos de arquivos suportados: WAV: 44.1/48/96kHz, 16/24-bit MP3: 44.1/48kHz, 32/64/96/128/192/256/320kbps
- Número de canais 2
- Tempo de gravação: Todos os horários são para um cartão de memória de 1GB.
- Modo Estéreo: MP3: 17 horas 21 minutos (128kbps), 6 horas 56 minutos (320kbps) / WAV: 1 hora 34 minutos (16bits/44.1kHz), 1 hora 26 minutos (16 - bits/48kHz), 28 minutos (24-bit/96kHz)
- Conectores 1 x 3,5 milímetros Mic / Line Stereo Input / 1 x 3,5 milímetros fone de ouvido / saída de linha Jack / 1 x USB 2.0 Mini Porto
- Exibição Display LCD
- Alto-falante 0.3W Mono
- Resposta de Frequência: 20Hz - 20kHz +1 / -3 dB (44,1 Ext In a saída de linha, JEITA) / 20Hz - 22kHz +1 / -3 dB (48kHz Ext In a saída de linha, JEITA) / 20Hz - 40kHz +1 / -3 dB (96kHz Ext In para Line Out, JEITA)
- Distorção harmônica total (THD) 0,05% ou inferior (EXT IN para saída de linha, Fs 44.1/48.96kHz JEITA)
- Relação sinal-ruído 92dB ou Superior (Ext In a saída de linha, Fs 44.1/48/96kHz JEITA)
- Poder 2 x pilhas AA / USB Bus Power / Consumo 1.7W máxima
- Temperatura de Operação 32-104 ° C (0-40 ° C)
- Dimensões (LxAxP) 61 x 141 x 26 milímetros
- Peso 116g
- Requisitos do sistema Windows: Pentium 300 MHz ou mais rápido / 128 MB ou mais de memória de porta USB (USB 2.0 recomendado) / Windows 7, Vista, XP ou Mac: Power PC, iMac, G3, G4 266MHz ou mais rápido 64MB ou mais de memória Porta USB (USB 2.0 recomendado) / Mac OS X 10.2 ou posterior
- Conteúdo da embalagem:
 - 01 GRAVADOR DIGITAL PORTÁTIL TASCAM DR-05
 - 01 CARTÃO MICRO SD
 - 02 PILHAS AA
 - 01 CABO USB

ILUSTRAÇÃO



ITEM 06 - MICROFONE PROFISSIONAL SUPERCARDÍOIDE

DESCRIÇÃO

- Microfone Profissional Supercardióide SM58 PLUS. Suas características principais são as respostas planas e nítidas, mais equilibrada entre Graves-Médios-Agudos. Corpo metálico com pintura eletrostática. Globo em aço com pintura eletrostática.
- Tipo: Diagrama Polar Supercardióide.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Cabo de 5 metros
- Tipo: Diagrama Polar Supercardióide
- Corpo metálico com pintura eletrostática
- Globo em aço com pintura eletrostática
- Cabo coaxial blindado e balanceado, com cinco metros
- Cápsula dinâmica com ímã de alnico
- Filtro pop montado internamente no globo
- Chave ON/OFF no corpo
- Conector XLR 3 pinos
- Seleção interna de impedância
- Microfone Uso; Vocal
- Microfone Tipo; Dinâmico
- Microfone Transmissão; Com Fio
- Microfone Padrão Polar; Supercardióide
- Frequência; 50Hz a 15KHz
- Impedância; Baixa 300 Ohms
- Sensibilidade; Baixa -56dB (0dB = 1V/Pa)
- Acabamento; Corpo metálico com pintura eletrostática / Globo em aço com pintura eletrostática
- Largura; 5,10 cm
- Altura; 5,10 cm
- Profundidade; 16,20 cm
- Peso; 0,29 Kg
- Itens Inclusos; Microfone/ Cabo de áudio de 5 m (XLR 3 pinos/ P10 / E 6,3 mm mono)/ Suporte para pedestal (cachimbo)/ Bolsa de proteção
- **Itens Inclusos:**
- Microfone

- Cabo de áudio de 5 m (XLR 3 pinos/ P10 / E 6,3 mm mono)
- Suporte para pedestal (cachimbo)

ILUSTRAÇÃO



5. ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS

5.1. A aquisição objeto deste Termo de Referência, tem o custo estimado de R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).

LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: CHAVE HÍBRIDA ANALÓGICA	R\$
http://www.apoiotecnico.com/index.php?route=product/product&path=20_75&product_id=231	1200,00
PREÇO MÉDIO	1200,00
LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: Interface de áudio U-PHORIA	R\$
https://www.americanas.com.br	610,00
https://www.poraomusical.com.br	758,00
http://www.audiodriver.com.br	642,00
https://www.pandoramusicshop.com.br	581,00
PREÇO MÉDIO	647,75
LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: HD EXTERNO 1 TERABYTES	R\$
https://www.epocaeletro.com.br	275,00
https://www.extra.com.br	263,00
https://www.submarino.com.br	251,00
https://www.casasbahia.com.br	279,00
PREÇO MÉDIO	267,00
LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: FONE DE OUVIDO SHP2000	R\$
https://www.extra.com.br	99,90
https://www.zoom.com.br	88,36
https://www.walmart.com.br	109,90
https://www.kabum.com.br	85,00
PREÇO MÉDIO	95,79
LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: GRAVADOR DIGITAL	R\$
https://www.tascambrasil.com.br/gravadores/tascam-dr-05-gravador-digital/	778,00
https://www.americanas.com.br	1.719,00
https://www.casasbahia.com.br	1.119,00
https://macrophotocuritiba.com.br	750,00
PREÇO MÉDIO	1.091,50
LINK PARA CONSULTA DE PREÇOS: MICROFONE DINAMICO SM58	R\$
https://www.ninjasom.com.br/p/6061/microfone-com-fio-de-mao-sm-58-plus-ch-	314,00

leson/campanha_id/8? gclid=EAIaIQobChMIImNj78Ke33gIVEYORCh1DpQM9EAQYAiABEgIHP_D_BwE	
https://www.kalifa.com.br/produto/1734/microfone-com-fio-sm58-plus-leson.html? gclid=EAIaIQobChMIImNj78Ke33gIVEYORCh1DpQM9EAQYASABEgJo5fD_BwE	288,00
https://www.kproaudio.com.br/produto/1734/microfone-com-fio-sm58-plus-leson.html	284,00
https://www.keksound.com.br/produto/1734/microfone-com-fio-sm58-plus-leson.html	265,00
PREÇO MÉDIO	287,75

5.2. Com o objetivo da obtenção de uma estimativa de preço de mercado. O custo estimado foi obtido através de realização de pesquisa de mercado junto a fornecedores constantes em sites, conforme documentos links informados na tabela.

5.3. A complementação da Pesquisa de Preços será realizada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos em conformidade com a IN nº 05/2014 e suas alterações.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Em relação a presente aquisição, é possível a utilização do Sistema de Cotação Eletrônica [\[EKDFP1\]](#), uma vez que, nos termos do art. 4º, do decreto nº 5.450/05, tal sistema pode ser utilizado para aquisição de material.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Nota Explicativa: Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o MEC no exercício de 2018, no Programa de Trabalho/PTRES determinado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MEC.

8.2. Os objetos deste Projeto Básico devem ser patrimoniados após sua aquisição

9. FUNDAMENTO LEGAL

9.1. A Aquisição de que trata o objeto deste Projeto será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá executar o fornecimento dos produtos descritos no presente Projeto Básico.

10.2. Entregar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado.

- 10.3. Zelar pela perfeita execução da entrega do material, devendo as falhas, que porventura vierem a ocorrer, serem sanadas no menor prazo possível.
- 10.4. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vierem a ocorrer na entrega do material e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 10.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a avença firmada sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 10.6. Manter durante toda a execução do objeto as condições inicialmente pactuadas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do material objeto desta contratação, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.
- 11.2. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto.
- 11.3. Efetuar o pagamento à Contratada mediante apresentação da respectiva fatura, após comprovação da regularidade fiscal e do ateste pela Contratante, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual.
- 11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 11.5. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho, na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os valores descritos neste Projeto Básico serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 14.1. A entrega do material deverá ser efetuada em até **05 dias**, após o recebimento da Nota de empenho, tendo em vista as atividades já agendadas.
- 14.2. A entrega dos bens contratados deverão ser realizados na unidade do Contratante em seu Almoxarifado Central, no horário de 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Termo de Referência, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I – Subsolo, Brasília-DF, CEP 70047-900 – telefone 2022-7155/7092.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 15.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/1993, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas
 - a) **provisoriamente**, no prazo de **3 (três) dias corridos**, após a entrega do objeto, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos uniformes, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação prevista neste Projeto;

b) **definitivamente**, no prazo de **30 (trinta) dias corridos** a partir do recebimento provisório, **mediante atesto de nota fiscal**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.

15.1.1. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, perfeição e especificação do objeto deste Contrato.

15.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nessa hipótese, o item, objeto deste Projeto Básico, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, quando se realizará novamente as verificações de conformidade do que trata este Projeto.

15.3. Caso a substituição não ocorra em 5 (cinco) dias, ou caso o novo bem entregue também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

15.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

16.1. pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

16.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.5. No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.6. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

16.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.9. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.10. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.11. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

16.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 16.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.19. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 16.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:
- 16.21. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 16.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida no edital;

- não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal; ou
- incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

17.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

17.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

17.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- multa de:
 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser

aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

17.7. Caso a Contratada descumpra quaisquer condições do Projeto Básico poderá a Contratante aplicar multa de 1% do valor [\[EKDFP1\]](#) mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito à ampla defesa e do contraditório.

17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

17.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.11. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber;

18.2. A licitante vencedora deverá observar, no que couber:

I -O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no Encarte “E”, na execução dos serviços, quando couber.

II -que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

III -que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

18.3. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico dicorp@mec.gov.br, subsidiadas pela área técnica.

Luiz Antônio da SilvaChefe de Serv. Técnicos de Rádio e TV
ACS/GM/MEC**Gilberta Maria Barros de Queiroz**Chefe da Assessoria de Comunicação Social
ACS/GM/MEC

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio da Silva, Servidor(a)**, em 17/12/2018, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberta Maria Barros de Queiroz, Chefe de Assessoria**, em 19/12/2018, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1363311** e o código CRC **DDE7D97E**.

Encarte “A”**Termo de Recebimento Provisório**

OBJETO: O objeto deste Projeto Básico consiste na aquisição de “Equipamentos eletrônicos para Stúdio de Rádio Web”.

Nos termos Cotação Eletrônica nº/2018, Processo nº 23000. /2018-, Nota de Empenho nº, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/2018, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório dos uniformes discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 6 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Fiscais do Contrato

De acordo,

Representante da Empresa**Encarte “B” –****Termo de Recebimento Definitivo**

OBJETO: O objeto deste Projeto Básico consiste na aquisição de “Equipamentos eletrônicos para Stúdio de Rádio Web”.

Nos termos da Cotação Eletrônica nº, Processo nº 23000. ____/2018-____, Nota de Empenho nº, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/2018, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo dos uniformes discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 6 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília, de de 2018

Fiscais do Contrato

De acordo,

Representante da Empresa

ENCARTE “C”

MODELO DE DECLARAÇÃO E CRITÉRIOS PARA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” (Grifamos)

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6o São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que

propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

*II – **adote** medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos)

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

2 – A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste Encarte, documento este, integrante da proposta conforme item 4.11 deste Projeto Básico.

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos fornecimentos/serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades comuns e também nas atividades empresariais:

a) A otimização de recursos materiais;

b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

d) Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

e) Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências

mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.

f) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

g) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

h) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizado nas dependências do Ministério:

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.)

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº ----- **/2018**

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2018, instaurado pelo Processo de nº 23123.006687/2018-33, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao

que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2018.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: